**Sistema de Proteção Escolar**



**Índice**

**O Sistema de Proteção Escolar 3**

* Histórico
* A Vigilância Eletrônica (VE)
* O Sistema de Registro de Ocorrências Escolares (ROE)
* A parceria com a Segurança Pública
* A participação em Conselhos

**O projeto Professor Mediador Escolar e Comunitário 4**

* Os resultados da ação dos Professores Mediadores

**O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária 6**

* Diagnóstico
* Justificativa
* Objetivos do Projeto
* Ações para a implantação

**Referências 13**

**Anexos 13**

**O SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR – SPEC**

Este documento visa apresentar o novo Projeto Mediação Escolar e Comunitária, a ser implantado em 2018, e retomar o histórico e as ações do SPEC junto às Diretorias de Ensino e escolas da rede estadual de São Paulo.

O Sistema de Proteção Escolar foi criado em 2010 e instituído pela Resolução SE 19, de 12-2-2010, considerando que:

*- o exercício do direito público subjetivo do aluno à educação deve-se efetivar em ambiente escolar democrático, tolerante, pacífico e seguro;*

*- é responsabilidade da Administração Pública zelar pela integridade física dos alunos e servidores nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, assim como pela conservação e proteção do patrimônio escolar;*

*- as escolas devem promover modelos de convivência pacífica e democrática, assim como práticas efetivas de resolução de conflitos, com respeito à diversidade e ao pluralismo de idéias,*

*Resolve:*

*Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo* *de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar.*

Nestes sete anos de atuação, o SPEC criou uma rede de escuta e orientação com as Diretorias de Ensino e escolas, o que contribuiu para minimizar os conflitos, as ações de violência e os danos ao patrimônio público. Sua atuação se dá de diversas formas:

* PROJETO PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO que atua nas ações de resolução de conflitos nas escolas e encaminhamentos à rede de proteção, quando necessário.
* A VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (VE), com instalação e manutenção de câmeras, alarme e sistema de gravação de imagens em 1582 escolas e 22 Diretorias de Ensino, a fim de proteger o patrimônio público;
* O Sistema de REGISTRO das OCORRÊNCIAS ESCOLARES (ROE) consiste numa ferramenta de gestão que permite subsidiar, a partir dos dados produzidos pelas escolas, o planejamento das ações da Secretaria tanto no nível central, como nos níveis regional e local;
* PARCERIA COM A SEGURANÇA PÚBLICA:
* A RONDA ESCOLAR - garante o policiamento ostensivo em todas as escolas
* O DEJEM - Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho do Policial Militar que reforça o policiamento nas escolas
* PROERD - Programa de Prevenção ao uso de Drogas que colabora com a formação dos alunos de 9 a 14 anos, por meio de cursos e palestras
* DPCDH da Polícia Militar – Departamento de Polícia Comunitária dos Direitos Humanos que atua na busca de solução dos problemas de segurança nas escolas
* REPRESENTAÇÃO EM CONSELHOS: Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED – e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA

Ainda temos muitos desafios a serem superados, mas precisamos valorizar as conquistas já realizadas e as parcerias estabelecidas.

**O PROJETO** **PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO**

Lançado para a rede em julho de 2010, este projeto disseminou a cultura de resolução de conflitos por meio do diálogo entre os envolvidos, estreitou relações com os familiares e a comunidade e ainda ampliou o sistema de parceria com a rede de proteção local nos diversos municípios do estado.

Para o Ministério Público do Estado de São Paulo,

... a "instituição do Professor Mediador é uma ação de política pública que atende ao estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Ressaltou ainda que "a mediação surge como forma alternativa de resolução dos conflitos, onde o mediador, figura imparcial, atua com o propósito de estimular para que as partes cheguem a um acordo mutuamente, contribuindo para novas formas de cooperação, solidariedade, confiança e reorientação das relações sociais". (Notícias do Ministério Público do Estado de São Paulo, 10/10/2017)

 O Projeto Professor Mediador Escolar e Comunitário conquistou excelentes resultados nas escolas que aderiram. Os gestores regionais das 91 Diretorias de Ensino contribuíram muito para isso e são nossos grandes parceiros, pois nos representam em suas respectivas regiões e primam pela formação e acompanhamento desses docentes, portanto, a repercussão do projeto não poderia ser diferente.

Nos seminários promovidos pelo SPEC em 2013, 2014 e 2015, os gestores regionais e os professores mediadores tiveram a oportunidade de socializar as ações exitosas desenvolvidas nas escolas, que foram reconhecidas internacionalmente.

No quadro abaixo temos os resultados da ação dos Professores Mediadores entre 2014 e 2016. Observe o percentual de redução nas ocorrências registradas no ROE neste período:



 **SLIDE DE APRESENTAÇÃO PARA O CONSELHO CONSULTIVO – AGOSTO/2017**

**O NOVO** **PROJETO MEDIAÇÃO ESCOLAR E COMUNITÁRIA**

Devido aos excelentes resultados conquistados pelos Professores Mediadores o Sistema de Proteção Escolar pretende expandir o projeto, a fim de atingir seus objetivos em todas as escolas da rede: proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar.

A legislação que fundamenta este projeto é a Resolução – SE 41 que institui o Projeto Mediação Escolar e Comunitária na rede estadual de ensino de São Paulo, publicada em 23/09/2017.

**DIAGNÓSTICO**

Sabemos que os conflitos são naturais e rotineiros, principalmente na escola, onde convivem pessoas com vários tipos de diversidade: sociais, sexual, de gênero, religiosas, étnicas, dentre outras. O desafio é atuar na resolução dos pequenos conflitos para que eles não se tornem atos violentos. Este é um aprendizado que todas as escolas devem disseminar.

Por outro lado, compreendemos que algumas regiões apresentam grande vulnerabilidade social, o que exige maior atenção e intervenções específicas que contribuam com as necessidades da comunidade, pois estas acabam sendo levadas para dentro da escola.

O Sistema de Proteção Escolar fez um levantamento das escolas com reincidência de ocorrências delituosas, as quais foram classificadas como “graves” e “gravíssimas”, registradas no sistema ROE nos últimos três anos (2014 a 2016) e pesquisou o contexto de vulnerabilidade social, utilizando o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – Resolução 41 de 22/09/2017, artigo 6. A conclusão deste estudo mostrou que são necessárias ações de resolução de conflitos específicas em 1795 escolas, a fim de minimizar os casos de violência e reestabelecer a harmonia no ambiente escolar, pois os indicadores demonstram que há ocorrências delituosas que comprometem o clima escolar, a convivência e, consequentemente, a aprendizagem dos estudantes.

Os slides a seguir apresentam uma síntese dos tipos de ocorrências delituosas frequentes e o número de escolas que apresentam grande vulnerabilidade. Os dados referem-se ao período de fevereiro de 2013 a março de 2017:



**SLIDE USADO NA VIDEOCONFERÊNCIA REALIZADA EM 06/10/2017**



**SLIDE USADO NA VIDEOCONFERÊNCIA REALIZADA EM 06/10/201**

**JUSTIFICATIVA**

A escola tem o compromisso com o desenvolvimento de habilidades e competências que contribuem com a formação de sujeitos cada vez mais conscientes de si e de sua inserção no mundo. Assim, é de vital importância que este espaço de convivência e aprendizagem seja um ambiente estimulante e possa despertar a curiosidade daquele que aprende e provocar em quem ensina o entusiasmo de aprender constantemente. Dentre as competências necessárias à formação dos estudantes (e inclusive dos educadores, pois ainda encontramos uma cultura muito autoritária nas nossas escolas) estão a da “convivência”, que inclui a aprendizagem por meio da resolução de conflitos interpessoais, a solidariedade e o respeito às diferenças; e a da “comunicação” que envolve a fala assertiva, a escuta ativa e a empatia. Estas competências estão relacionadas à **dimensão emocional** do ser humano e contribuem para o seu desenvolvimento integral, como previsto na Resolução SE 41 de 22/09/2017, Artigo 1 - §1º:

O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos. (publicada no DOE em 23/09/2017)

O Projeto Mediação Escolar e Comunitária também está em consonância com a nova Base Nacional Comum Curricular, quando trata da Educação Integral e das 10 competências essenciais ao desenvolvimento e formação dos estudantes.

Nesse contexto, e ancorada nos mencionados princípios éticos,

políticos e estéticos preconizados nas DCN, a BNCC adota dez

competências gerais, que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, sobrepondo-se e interligando-se na construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

(...)

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Base Nacional Comum Curricular – Introdução, p. 18 e 19)

Destacamos três competências que estão diretamente relacionadas à aprendizagem emocional, à resolução de conflitos, aos valores humanos, ao autoconhecimento, à responsabilização e à melhoria das relações interpessoais vivenciadas no ambiente escolar. Como já mencionado anteriormente, sabemos que a convivência com as diversidades na rotina escolar não é tranquila, pois a pluralidade de ideias e “modos de ser” causam divergências e muitas vezes, conflitos.

O projeto Mediação Escolar e Comunitária tem como pressupostos a necessidade e a possibilidade de desenvolver a aprendizagem emocional no ambiente escolar, já que todos os servidores serão envolvidos e formados para isso. Este projeto será de grande importância para que a escola desenvolva plenamente sua função social e para o estabelecimento de uma cultura de paz e harmonia.

O Projeto Mediação Escolar e Comunitária pretende atender as necessidades de todas as 5098 escolas da rede. Nas instituições que têm poucas ocorrências e contexto com baixa vulnerabilidade social, o Vice-diretor articulará as ações mediadoras com todos os demais educadores, com os alunos e comunidade. Caso a escola tenha aderido ao Programa Escola da Família, o Vice-diretor contará com o apoio do Vice da Escola da Família na implantação e monitoramento das ações.

Já as 1795 escolas consideradas altamente vulneráveis, além do Vice-diretor e do Vice-diretor do Programa Escola da Família (quando houver), poderão contar com o apoio de um Professor Mediador, que será designado conforme orientações contidas no artigo 6 da Resolução 41, de 22/09/2017.

O levantamento das ocorrências escolares registradas no ROE aliado ao IPVS do local onde a escola está inserida justificam a criação de uma política pública voltada à diminuição das ocorrências graves e gravíssimas e à harmonização do ambiente escolar, o que contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

É importante ressaltar que o Projeto Mediação Escolar e Comunitária envolverá todos os servidores, sob a coordenação do Vice-diretor da escola. As escolas que participam do Programa Escola da Família contarão com o Vice-diretor deste programa como corresponsável pelo Projeto de Mediação. Nas escolas com alta vulnerabilidade, o Professor Mediador poderá ser designado para contribuir com o Vice-diretor. A Secretaria expandirá o número de Professores Mediadores pois, atualmente, temos 1280 Professores Mediadores designados e, a partir de 2018, teremos 1795.

As escolas participantes do Programa Ensino Integral não terão direito à designação de um Professor Mediador, pois já contam com diversos espaços de participação e metodologias que privilegiam a escuta da equipe escolar.

**OBJETIVOS DO NOVO PROJETO**

1. Implantar a ação mediadora em todas as escolas
2. Minimizar os conflitos escolares
3. Disseminar a cultura de paz e de respeito
4. Expandir a mediação dos conflitos para a comunidade
5. Incorporar a cultura de responsabilização
6. Melhorar o clima escolar
7. Desenvolver habilidades socioemocionais

**AÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

A Diretoria de Ensino recebeu a lista das escolas altamente vulneráveis sob sua jurisdição e comunicará aos Supervisores de Ensino e PCNP que acompanham estas escolas e aos seus respectivos Diretores.

1. Caso o Dirigente Regional necessite alterar alguma escola divulgada na lista enviada pelo SPEC, ele poderá enviar um ofício com as alterações e as respectivas justificativas (até o dia 06 de novembro) para o endereço eletrônico: specmediacao@educacao.sp.gov.br
2. As escolas indicadas encaminharão um ofício à Diretoria de Ensino contendo um plano básico de intervenção, criado a partir das suas necessidades, conforme artigo 9° da Resolução 41, de 22/09/2017.

**Observação:** o projeto de Mediação será encaminhado à Diretoria de Ensino após o Planejamento Escolar, pois este é o momento em que toda equipe avalia as ações escolares e discute sobre seus resultados e necessidades. A equipe SPEC fará um ajuste no artigo 9° da Resolução 41, de 22/09/2017.

1. A Diretoria de Ensino abrirá um credenciamento para os professores que desejam candidatar-se a Professor Mediador nas escolas indicadas pela SEE, em 2018.
2. Os Gestores Regionais de cada Diretoria de Ensino avaliarão os candidatos e organizarão uma classificação entre eles, considerando as características e habilidades descritas no artigo 3° da Resolução 41, de 22/09/2017.

**Observação:** a atribuição de aulas dos Professores Mediadores em 2018 ocorrerá no mesmo período que dos demais docentes.

1. Os Gestores Regionais divulgarão as videoconferências e vídeo aulas sobre temas relacionados à resolução de conflitos, contidas no Boletim CGEB de 10/10/2017, na página 7, para todas as escolas.
2. Os Gestores Regionais convocarão os Vice-diretores, juntamente com os Professores Mediadores e os Vice-diretores do Programa Escola da Família para participar das ações de formação realizadas na Diretoria de Ensino, para que eles possam familiarizar-se com os temas e ações a serem desenvolvidas nas suas respectivas escolas.
3. Todos os Vice-diretores serão inscritos no curso EaD “Introdução à Mediação Escolar e Comunitária”, que será oferecido pela Escola de Formação dos Professores – EFAP, no início de 2018.
4. O Sistema de Proteção Escolar enviará pautas de formação para os Gestores Regionais, a fim de subsidiar os 5 encontros anuais com os responsáveis pelas ações de mediação na escola (a partir de 2018).

As pautas serão criadas a partir das informações extraídas do ROE e demais necessidades apontadas pelos Gestores Regionais. Serão disponibilizados outros materiais de formação e bibliografia complementar.

Externamos nossos agradecimentos aos que colaboraram para a concepção, organização e criação da legislação do nosso projeto: Dr. José Renato Nalini (Secretário da Educação), Wilson Levy Braga da Silva Neto (Chefe de Gabinete), Eduardo Mosna (Assessor de Gabinete), Valéria de Souza (ex coordenadora da CGEB), Cyntia Lemes da Silva Gonçalves da Fonseca (Coordenadora da CIMA), Ruth Taseko Baba (Assessora de Gabinete), Leslie Maria José da Silva Rama (Responsável pelo grupo de Legislação Educacional), Sílvio Luis das Dores Gonçalves (CGRH), Joanna Borrelli Cordeiro (CGEB) e Sílvia Cristina Collpy Favaron (CGEB).

Agradecemos imensamente o apoio e envolvimento da nossa parceira Sonia Maria Brancaglion em todas as etapas da construção do projeto e dos Supervisores que participaram da validação da nossa legislação.

Contamos com cooperação de todos os Dirigentes de Ensino, dos Gestores Regionais do Sistema de Proteção Escolar e Gestores das escolas, em especial dos Vice-diretores, para o sucesso do nosso projeto!

**Equipe do Sistema de Proteção Escolar**

|  |  |
| --- | --- |
| Leide Reisner da Silva (Gestora do SPEC)Andreia Ferreira Alves dos SantosAndressa Ap. Caldeira de AndradeGianni Maia Melo Felipe | Marlene de Paula Nóbrega HenriquesRobéria Darque GonçalvesSandra Maria FodraVitor Eduardo Cesário Moraes |

**Projeto Mediação Escolar e Comunitária** – PMEC: specmediacao@educacao.sp.gov.br

**Sistema de Registro de Ocorrências Escolares** – ROE: roe@educacao.sp.gov.br

**Vídeo Monitoramento** - VM: specvideo@educacao.sp.gov.br

**REFERÊNCIAS**

**Base Nacional Comum Curricular (BNCC) -** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> - Consulta em 26/10/2017

**Resolução SE 19, de 12-2-2010 -** Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo - Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201002120019> Consulta em 26/10/2017

**Resolução SE 41, de 22/09/2017 -** Institui o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, na rede estadual de ensino de São Paulo. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/41_17.HTM?Time=28/09/2017%2006:04:37> - Consulta em 26/10/2017

**Notícias do Ministério Público do Estado de São Paulo.** Jornal on line – publicação de 10/10/2017. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias> - Consulta em 26/10/2017

**ANEXOS**

 Encaminhamos as dúvidas recebidas durante a videoconferência, realizada em 06 de outubro de 2017, com suas respectivas respostas.

**Pergunta 1**

**A professora que atua como PMEC na unidade escolar irá participar da chamada do concurso PEB I, para escolha.**

**Pergunta: ela poderá acumular categoria "F" como PMEC com categoria "A" (efetivo) PEB I ou terá que ter aulas atribuídas como categoria "F" também?**

Resposta: Preliminarmente, informamos que, para fins de acumulação remuneração de cargo/função, deve-se observar as hipóteses permitidas pela Constituição Federal/88, bem como se há compatibilidade de horários para o exercício dos referidos cargos/funções, e, além disso, deverá observar o limite de carga horária semanal (65 horas semanais) para o exercício de ambos os vínculos, em regime de acumulação.

Assim, a docente, que esteja atuando como Professor Mediador Escolar e Comunitário – PMEC, com carga horária correspondente à Jornada Integral (40 horas semanais) e que pretenda acumula com o cargo de Professor Educação Básica I - Classe (30 horas semanais), não poderá entrar em exercício no respectivo cargo (PEB I), uma vez que será publicado o ato decisório como ilegal, uma vez que as cargas horarias dos cargos/funções irão exceder as 65 horas semanais de trabalho (PMEC – 40 horas semanais + PEB I – 30 Horas semanais = 70 horas semanais.

Caso seja esta a situação da ingressante, que esteja atuando como PMEC, a docente deverá solicitar a retirada da carga horária de PMEC e participar da atribuição de aulas, para composição de carga horária de opção, valendo observar que a carga horária de opção deverá ser, no máximo, equivalente à Jornada Básica (30 horas semanais / 24 aulas com alunos).

Qualquer dúvida entrar em contato pelo telefone: (11) 3156-6367. Falar com o Silvio.

**Pergunta 2**

**Tenho uma Dúvida, fui mediadora durante Três anos no início do projeto, fiz o curso de mediação e me efetivei em 2013 e Ingressei em São Paulo, infelizmente tive que abandonar a Mediação.**

**Moro em Presidente Prudente**

**Fui removida para a Zona rural de Caiuá com a carga reduzida.**

**Hoje estou como Diretora de Escola substituindo cargo vago.**

**Sou da Diretoria de Ensino de Santo Anastácio e gostaria de saber se posso participar da atribuição de mediação em outra Diretoria de Ensino.**

Resposta: Preliminarmente, informamos que o docente designado como Diretor de Escola não pode participar do processo de atribuição de aulas, inclusive ter atribuição da carga horária de Professor Mediador Escolar e Comunitário – PMEC, conforme prevê o artigo 4º da Resolução SE 72/2016. Caso o interessado queira participar da atribuição da carga horária de PMEC, deverá solicitar a cessação da designação de Diretor de Escola e retornar à unidade de classificação, para constituição da Jornada Reduzida, bem como a interessada vier a encontrar em uma das situações previstas nos incisos II e IV do artigo 4º da Resolução SE-41/2017. Situação está verificada, após a atribuição da jornada de trabalho.

Quanto à atribuição da carga horária de PMEC em outra Diretoria de Ensino diversa à da unidade de classificação, cabe-nos informar que a docente deverá proceder a cadastramento em outra Diretoria de Ensino, para possibilitar a atribuição do Projeto em comento e, além disso, deve estar devidamente credenciamento na Diretoria de Ensino em que pretende atuar como PMEC, lembrando sempre que a docente deve estar enquadrada em uma das situações previstas no artigo 4º da Resolução SE-41/2017.

**Pergunta 3**

1. **Esclarecer no inciso do artigo 6, o professor titular de cargo com a jornada reduzida poderá ter atribuída 19 aulas de carga horaria de PMEC?**
2. **A nova configuração do ROE garante a confidencialidade de dados registrados relativos a alunos menores de idade?**

Resposta: Informamos o que segue:

1. O docente titular de cargo, com a Jornada Reduzida, poderá ter atribuída a carga horária correspondente à Jornada Inicial (19 aulas com alunos) para exercer as atribuições de PMEC;
2. Os registros efetuados no sistema ROE são confidenciais e protegidos conforme segue o § 1º do art. 9º da Res. SE 19/2010: “As informações registradas no “Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares – ROE” serão armazenadas para fins exclusivos da administração pública, sendo absolutamente confidenciais e protegidas nos termos da lei.”

Todas as informações ali contidas são armazenadas para fins exclusivos da administração pública, resguardando-se o sigilo relativo à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas; e a inviolabilidade da imagem e da identidade de crianças e adolescentes. Somente poderão ter acesso às informações ali contidas os servidores que têm acesso, por meio de senha pessoal e intransferível, ao sistema. A imprensa, a polícia, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e os representantes de outras instituições só poderão ter acesso ao ROE por determinação da justiça.

**Pergunta 4**

**Por favor, gostaria que o Silvio Luiz repetisse a explicação sobre a atribuição e carga horária do prof. mediador.**

**Foi rápida demais e com muitas informações, apesar de estar acompanhando a Resolução.**

**E, o PMEC que tiver o mínimo de carga horária atribuída, não poderá estar disponível na Unidade Escolar nos 3 períodos.**

**Situação que fica inviável para um trabalho efetivo junto à Comunidade interna e externa.**

Resposta: Caso ainda tenha restado alguma dúvida em relação à atribuição da carga horária de Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, após resposta a esta pergunta via Vídeo Conferência, por favor entrar em contato pelo telefone: (11) 3156-6367 e falar com o Silvio.

**Pergunta 5**

**Boa tarde, sou Pmec da Diretoria de Ensino de Santo Anastácio**

**Sou Professora de Educação Física e na minha escola a titular tem que completar em outra unidade, automaticamente eu fico sem aulas. pergunta:**

**Vai ser atribuída logo em seguida a função de PMEC para mim?**

Resposta: No caso em tela, o docente titular de cargo somente poderá ter atribuído a carga horária de Professor Mediador Escolar e Comunitário – PMEC, somente se não houver aulas da disciplina do cargo em nível de unidade escolar e também de Diretoria de Ensino, ou seja, estiver na condição de adido na data reservada para a realização da sessão de atribuição dos projetos, conforme portaria da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, que é publicada previamente ao processo inicial.

**Pergunta 6**

**As escolas que já possuem Professor Mediador e forem selecionadas de acordo com o IPVS, haverá recondução de Professor Mediador.**

Resposta: O docente, independente de estar atuando como PMEC, deverá participar, obrigatoriamente, do processo inicial de atribuição de classes e aulas do ano letivo de 2018, para fins de constituição/composição de sua jornada de trabalho, se titular de cargo, ou para composição de carga horária, se docente não efetivo, de acordo com o disposto na legislação pertinente. E, caso venha ser enquadrado em uma das situações previstas no artigo 6º da Resolução SE 41/2017, após o processo inicial de atribuição, o docente poderá ter a carga horária de PMEC.

**Pergunta 7**

**Somos da Diretoria de Ensino de José Bonifácio, Escola Estadual “Desolina Beti Gregorin”- Irapuã/SP, estamos assistindo a vídeo conferência em quatro pessoas, Diretor, Vice Diretor, Coordenador e Vice- da Escola da Família!**

**Nossa dúvida:**

**- Como será a atribuição PMEC, os professores que poderão participar!?**

**- Todas as Escolas da Rede Estadual do Ensino irão ter Professor Mediador?**

Resposta: a carga horária de Professor Mediador Comunitário e Escolar deverá ser atribuída aos docentes que estejam enquadrados nas situações previstas no artigo 6º da Resolução SE 41/2017, desde que estejam inscritos e credenciados no referido Projeto da Pasta.

Farão jus a um PMEC somente as unidades escolares com vulnerabilidade social inseridas nos grupos 3, 4 ou 5, conforme classificação objeto do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS e com reincidência de ocorrências graves ou gravíssimas, registradas no sistema de Registro de Ocorrência Escolar - ROE, do Sistema de Proteção Escolar, indicadas pela Pasta da Educação, conforme lista divulgada pela SPEC.

**Pergunta 8**

**A resolução SE 72/2016 estabelece que o docente não efetivo terá atribuída a carga horária de sua opção e, no mínimo, a carga horaria correspondente a jornada inicial (19 aulas).**

**Havendo aulas na escola ou na diretoria este docente pode optar por não ter as aulas atribuídas para atuar como pmec?**

Resposta: Informamos que, durante o processo inicial de atribuição e durante o ano letivo, o docente não efetivo deverá participar do processo para atribuição da carga horária de opção e, caso venha se encontrar na data da sessão de atribuição da carga horária de Professor Mediador Escolar e Comunitário – PMEC, em uma das situações previstas no artigo 4º da Resolução SE-41/2017, o docente poderá ter a referida carga horária.

**Pergunta 9**

**Como fica os professores readaptados que atuam como PMEC?**

Resposta: Informamos que o docente readaptado poderá participar da atribuição da carga horária de PMEC, desde que esteja devidamente inscrito e credenciado no respectivo Projeto da Pasta.

**Pergunta 10**

**Boa tarde! Sou o Prof. Joel, Vice Diretor da E.E Prof. Sergio Murillo Raduan, Sul 3, onde fui PMEC por 5 anos, sempre nos dedicamos ao máximo ao projeto PMEC, tanto que já fomos alvos de várias reportagens sobre (SBT, SE, Estadão...), mostrando resultados positivos. Sugestão: Mais investimento financeiro, específico ao projeto: Materiais didáticos, equipamentos áudio visuais... Grato e parabéns!**

Resposta: Caro Professor,

Estamos elaborando uma orientação para subsidiar as escolas a implantarem o novo Projeto de Mediação e organizando materiais para a formação de todos os educadores e gestores.

Além destes materiais, enviaremos pautas formativas para os encontros nas Diretorias de Ensino, com textos e vídeos que contribuirão para disseminar a resolução dos conflitos e a cultura de paz nas escolas da rede.

Quanto ao investimento em equipamentos áudio visuais, esta ação não compete ao Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 11**

**Sou PMEC desde 2012, estou acompanhando a videoconferência, uma dúvida, não sou da escola da família. Minha escola Aquilino Ribeiro tem mediador desde 2011. O que serão feitos dos professores mediadores que já atuam?**

Resposta: Cara Professora,

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017). A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 12**

**Sou mediadora desde 2014, faço já o trabalho de mediação como PMEC, o que será de nós que já somos professores mediadores. O que acontecerá conosco para 2018?**

**Continuaremos na função ou seremos dispensados?**

Resposta: Cara Professora,

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 13**

**Cabe ao vice-diretor da escola da família ser o mediador da escola ainda? Essa nomenclatura não consta da RES.**

Resposta: Cara Professora,

O artigo 8 da Resolução 42 de 23/09/2017 trata do Vice-diretor do Programa Escola da Família como articulador das ações de Mediação, junto ao Vice-diretor da escola:

Artigo 8º – A atuação do Vice-Diretor de Escola na unidade escolar, caracterizada na conformidade do contido no caput do artigo 6º desta resolução, dar-se-á na seguinte conformidade:

I – se a unidade escolar conta com o Programa Escola da Família – PEF, o Vice-Diretor da escola atuará articuladamente com o Vice-Diretor desse Programa, observando o rol de atividades programadas para os finais de semana, no desenvolvimento das ações preventivas e conciliadoras;

**Pergunta 14**

**Boa tarde, quando será divulgada a lista das escolas contempladas com PMEC?**

Resposta: Cara Professora,

A lista com as escolas que farão jus a um Professor Mediador em 2018 foi enviada para as Diretorias de Ensino em 09/10.

**Pergunta 15**

**Somente as escolas contempladas com ALE terá o PMEC?**

Resposta: Cara Professora,

O artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017 trata dos indicadores usados para a classificação das escolas:

(...)conforme classificação objeto do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS e com reincidência de ocorrências graves ou gravíssimas, registradas no sistema de Registro de Ocorrência Escolar – ROE, do Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 16**

**1 - Quando será divulgada a lista com a relação das escolas que apresentam alto índice de vulnerabilidade;**

Resposta: A lista com as escolas que farão jus a um Professor Mediador em 2018 foi enviada para as Diretorias de Ensino em 09/10.

**2 - Escola que conta com professor mediador em 2017, caso a mesma não conste na lista de vulnerabilidade terá o direito de manter esse profissional em 2018;**

Resposta: O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**3 - As escolas que não possuem vice diretor regular e não participam do Programa Escola da Família (PEF) terão direito ao Professor Mediador Escolar Comunitário (PMEC).**

Resposta: O Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação nas escolas que não possuem Vice-diretor; ou poderá escolher outro educador para fazê-lo.

Lembramos que, segundo a Resolução 42 de 23/09/2017 – ARTIGO 1:

Artigo 1º – Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

1º – O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

2º – Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

**Pergunta 17**

**Somos uma escola de ensino fundamental anos finais e ensino médio, temos somente 3 gestores (diretor, 1 vice diretor e 1 coordenador pedagógico), não temos o Projeto Escola da Família, nossa unidade escolar poderá aderir ao Projeto PMEC com a atribuição de um docente para esta função? A escola poderá receber este profissional?**

Resposta: Caro Professor,

O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 42 de 23/09/2017).

Somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

**Pergunta 18**

**Olá meu nome é Claudia da Diretoria de Mogi das Cruzes e atuo como PMEC, porém gostaria de saber se neste ano ocorrerá a recondução para o ano subsequente.**

Resposta: Cara Professora,

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 19**

**Sou mediador desde 2012, haverá uma recondução ou não serei mais mediador?**

Resposta: Caro Professor,

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 20**

**As escolas que não tem Vice-Diretor, não tem o programa Escola da Família e não está enquadrado no IPVS 3/4/5, portanto em desacordo com o Artigo 6º, não fazendo jus ao PMEC, como ficará? Quem exercerá tal função?**

Resposta: Caro Professor,

O Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação nas escolas que não possuem Vice-diretor; ou poderá escolher outro educador para fazê-lo.

Lembramos que, segundo a Resolução 42 de 23/09/2017 – ARTIGO 1:

Artigo 1º – Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

1º – O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

2º – Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

**Pergunta 21**

**Como ficarão as escolas que não possuem Vice-Diretor e nem estão no índice de vulnerabilidade??**

Resposta: Caro Professor,

O Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação nas escolas que não possuem Vice-diretor; ou poderá escolher outro educador para fazê-lo.

Lembramos que, segundo a Resolução 42 de 23/09/2017 – ARTIGO 1:

Artigo 1º – Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

1º – O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

2º – Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

**Pergunta 22**

**Em sugestão à necessidade do curso de ingresso no sistema de proteção escolar, agora reformulado nesta nova configuração, também destinado aos vices diretores da Escola da Família e bem como, aos das unidades escolares regulares, em exemplo um módulo que pudesse promover a justiça restaurativa por projeto nas Unidades Escolares, com base no exemplo do curso do Professor Dr. Osório.**

Resposta: Caro Professor,

Estamos elaborando uma orientação para subsidiar as escolas a implantarem o novo Projeto de Mediação e organizando materiais para a formação de todos os educadores e gestores.

Além destes materiais, enviaremos pautas formativas para os encontros nas Diretorias de Ensino, com textos e vídeos que contribuirão para disseminar a resolução dos conflitos e a cultura de paz nas escolas da rede.

O Dr. Antonio Osório faz parte da equipe que está elaborando o plano de formação do novo projeto e estamos usando todo material produzido por ele.

**Pergunta 23**

**Temos 04 escolas que contam com os PMECs remanescentes da Resolução SE 19/2010 e que não aderiram ao PEF. Tais escolas poderão não estar inseridas nos índices de vulnerabilidade. Esses PMECs permanecerão nas escolas em que estão?**

Resposta: Caro Professor,

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 24**

**E possível hoje a Diretora da escola querer mudar... Escola da Família por PEMC? Tirar escola da Família para inserir o PEMEC?**

Resposta: Prezada Diretora,

Nós não sabemos como as escolas podem aderir ou sair do Programa Escola da Família, converse com o Supervisor da sua escola a respeito.

Quanto à designação de um Professor Mediador, somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 41 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 41 de 23/09/2017).

**Pergunta 25**

**Como fica o caso da recondução dos professores mediadores que durante anos tem desenvolvido um bom trabalho.**

Resposta: Caro Professor,

Infelizmente não haverá recondução. O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 26**

**Sempre tive o mediador, mas por optar pela Programa Escola da Familia, só fiquei em 2017 com o Vice-Diretor que faz um bom trabalho, mas se desdobrando e com o apoio de todos. Recebemos muitos alunos oriundos das Fundações Casa e a escola recebe alunos de bairros com alta vulnerabilidade. Podemos ter a figura do Mediador também além do Vice-Diretor?**

Resposta: Somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 41 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

 O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 41 de 23/09/2017).

Converse com a Supervisora da sua escola, pois o artigo 13 da Resolução 41 trata dos “casos de excepcionalidade”. Caso a Diretoria de Ensino valide a necessidade de um PMEC na sua escola, o Dirigente Regional enviará um ofício justificando o porquê é importante designar um Professor Mediador na sua escola. O caso será analisado pelo Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 27**

**Como o projeto é bem visto, como perder a carga horária no ano subsequente? Ou seja, o professor que tem desenvolvido um bom trabalho desde o início do projeto, não vai valer nada? O que será feito nos anos posteriores? Pra quê avaliação do projeto se todo ano terá novos mediadores? Continua confusa esta resolução ou não estou entendendo, por isso gostaria de uma resposta se possível!**

Resposta: O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 41 de 23/09/2017). somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 41 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas. A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 28**

**Gostaria de saber a respeito do pmec que já estão atuando nas escolas. Que já trabalha nas escolas e já faz este papel de mediador. O que será de nós?**

**O que será de nós para 2018?**

**Seremos reconduzidos? Ou dispensados?**

Resposta: Caro Professor,

Infelizmente não haverá recondução. O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018

**Pergunta 29**

**Escolas que possuem Vice-Diretor do PEF e selecionadas dentro dos critérios estabelecidos, poderão contar com o Mediador?**

Resposta: Prezada Professora,

As escolas classificadas como altamente vulneráveis terão direito à designação de um Professor Mediador.

Caso elas tenham aderido ao Programa Escola da Família, o Vice-diretor deste programa atuará no Projeto de Mediação, juntamente com o Vice-diretor da escola e o Professor Mediador.

Veja o artigo 8 da Resolução 41 de 22/09/2017:

Artigo 8º – A atuação do Vice-Diretor de Escola na unidade escolar, caracterizada na conformidade do contido no caput do artigo 6º desta resolução, dar-se-á na seguinte conformidade:

I – se a unidade escolar conta com o Programa Escola da Família – PEF, o Vice-Diretor da escola atuará articuladamente com o Vice-Diretor desse Programa, observando o rol de atividades programadas para os finais de semana, no desenvolvimento das ações preventivas e conciliadoras;

II - se a unidade escolar não aderiu ao Programa Escola da Família – PEF e nem dispõe de Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, o Vice-Diretor estabelecerá parceria com os docentes que, em decorrência da situação funcional, se encontrem nas situações descritas nos incisos I, II e III do artigo 6º desta resolução.

Parágrafo único – Considerando que os princípios, que norteiam a Cultura de paz, se constituem em proponentes de melhoria da qualidade do processo de ensinar e de aprender, o previsto no inciso II, deste artigo, aplicar-se-á, igualmente nas demais unidades escolares estaduais.

**Pergunta 30**

**As escolas que contam com o PEF serão contempladas com PMEC?**

**O vice-diretor do PEF continua responsável pela Mediação?**

Resposta: Prezada Professora,

As escolas classificadas como altamente vulneráveis terão direito à designação de um Professor Mediador. Caso elas tenham aderido ao Programa Escola da Família, o Vice-diretor deste programa atuará no Projeto de Mediação da escola, juntamente com o Vice-diretor da escola e o Professor Mediador.

Veja o artigo 8 da Resolução 41 de 22/09/2017:

Artigo 8º – A atuação do Vice-Diretor de Escola na unidade escolar, caracterizada na conformidade do contido no caput do artigo 6º desta resolução, dar-se-á na seguinte conformidade:

I – se a unidade escolar conta com o Programa Escola da Família – PEF, o Vice-Diretor da escola atuará articuladamente com o Vice-Diretor desse Programa, observando o rol de atividades programadas para os finais de semana, no desenvolvimento das ações preventivas e conciliadoras;

II - se a unidade escolar não aderiu ao Programa Escola da Família – PEF e nem dispõe de Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, o Vice-Diretor estabelecerá parceria com os docentes que, em decorrência da situação funcional, se encontrem nas situações descritas nos incisos I, II e III do artigo 6º desta resolução.

Parágrafo único – Considerando que os princípios, que norteiam a Cultura de paz, se constituem em proponentes de melhoria da qualidade do processo de ensinar e de aprender, o previsto no inciso II, deste artigo, aplicar-se-á, igualmente nas demais unidades escolares estaduais.

**Pergunta 31**

**A resolução não está clara quando diz que haverá uma avaliação do projeto a cada dois em relação ao projeto, pois o próprio mediador que é protagonista do projeto este pela resolução será apenas momentâneo, pois terá uma rotatividade de grande parte dos mediadores, pois o que atuou no ano anterior não irá atuar no ano posterior.**

Resposta: Prezado Professor,

O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária prevê a responsabilização de todos os servidores e da comunidade nas ações de resolução de conflitos, conforme artigo 1 da Resolução 41 de 22/09/2017.

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

§1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

O responsável pela articulação do projeto na escola será o Vice-diretor. As escolas que aderiram ao Programa Escola da Família terão o apoio do Vice-diretor da Escola da Família (artigo 8 da Resolução 41 de 22/09/2017); e as altamente vulneráveis, terão ainda o apoio de um Professor Mediador (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A Secretaria avaliará a cada dois anos os resultados obtidos pelas escolas no desenvolvimento das ações de resolução de conflitos, por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, pois toda política pública precisa ser avaliada.

A Secretaria entende que o Professor Mediador tem que atuar nas escolas que mais necessitam, as de alta vulnerabilidade, e que todos os servidores devem colaborar para a melhoria do clima escolar e promoção da cultura de paz.

**Pergunta 32**

**Gostaria de parabenizar a Secretaria e os envolvidos, pelo novo rumo do projeto de mediação.**

**Diante dos problemas sócios econômicos complexos, onde a violência invade nossa sociedade e consequentemente nossas escolas, faz-se necessário a figura de um mediador de conflitos atuante, para que o mesmo possa junto com a equipe e comunidade escolar resolver, e/ou amenizar os mesmos no contexto e entorno escolar.**

**Infelizmente teremos problemas em relação a atribuição dos professores que poderão fazer parte deste projeto, mas com o tempo espero que a Secretaria consiga resolvê-los.**

Resposta: Prezada Professora,

Ficamos felizes em sermos parabenizados pelo nosso projeto!

A Secretaria entende que o Professor Mediador tem que atuar nas escolas que mais necessitam, as de alta vulnerabilidade, e que todos os servidores devem colaborar para a melhoria do clima escolar e promoção da cultura de paz. Para atender as necessidades de todas as escolas, envolvemos os Vice-diretores na gestão das ações de mediação e a atuação dos Professores Mediadores ocorrerá nas escolas mais vulneráveis da rede.

Infelizmente, estão faltando professores em algumas regiões do estado e a principal missão da Secretaria é garantir o atendimento aos alunos na sala de aula, portanto, foi necessário restringir a atribuição de aulas aos Professores Mediadores para manter os profissionais nas aulas.

Temos certeza que os Vice-diretores farão um excelente trabalho de mediação nas nossas escolas.

**Pergunta 33**

**Nossa dúvida é a seguinte: como fica a situação da U.E. que não tem vice-diretor e vice-diretor da Escola da Família?**

Resposta: Caro Professor,

O Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação nas escolas que não possuem Vice-diretor; ou poderá escolher outro educador para fazê-lo.

Lembramos que, segundo a Resolução 42 de 23/09/2017 – ARTIGO 1:

Artigo 1º – Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

1º – O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

2º – Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

**Pergunta 34**

**Somente as escolas contempladas com ALE terá o PMEC?**

**Quando será divulgada a lista das escolas que terão o PMEC?**

Resposta: Cara Professora,

O artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017 trata dos indicadores usados para a classificação das escolas:

(...)conforme classificação objeto do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS e com reincidência de ocorrências graves ou gravíssimas, registradas no sistema de Registro de Ocorrência Escolar – ROE, do Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 35**

**Na minha escola registramos muitas ocorrências em um livro de ata. Pois, no dia a dia, com tanto trabalho a ser desenvolvido acaba q não dá tempo de registrar no ROE. E como fica a situação das escolas que não fizeram o registro no ROE**.

Resposta: O artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017 trata dos indicadores usados para a classificação das escolas:

(...)conforme classificação objeto do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS e com reincidência de ocorrências graves ou gravíssimas, registradas no sistema de Registro de Ocorrência Escolar – ROE, do Sistema de Proteção Escolar.

A classificação das escolas mais vulneráveis foi elaborada por dois indicadores (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS e reincidência de ocorrências graves ou gravíssimas, registradas no sistema de Registro de Ocorrência Escolar – ROE, do Sistema de Proteção Escolar) e não somente pelas ocorrências registradas no ROE.

É importante fazer os registros no ROE pois eles servem como indicadores para as ações do Sistema de Proteção Escolar. Se não temos ciência do que acontece nas escolas, não podemos orientá-las.

**Pergunta 36**

**Somos da Diretoria de Mogi das Cruzes, nossa escola tinha 2 mediadores até o ano passado. Como temos o Programa da Escola da Família, perdemos os dois, o que gerou um grande acúmulo de trabalho para o vice do programa, as coordenadoras e a gestão. Temos muitos registros de ocorrência no ROE e o bairro onde a unidade escolar se encontra é de periculosidade. Diante disso, gostaríamos de saber se será possível, diante do exposto, contarmos com alguém nessa função daqui para frente... Alguns itens da resolução dizem sim, outros não. Gostaríamos dessa certeza. Agradeço a atenção.**

Resposta: O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária prevê a responsabilização de todos os servidores e da comunidade nas ações de resolução de conflitos, conforme artigo 1 da Resolução 41 de 22/09/2017.

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

§1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

O responsável pela articulação do projeto na escola será o Vice-diretor, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 41 de 23/09/2017).

As escolas que aderiram ao Programa Escola da Família terão o apoio do Vice-diretor da Escola da Família (artigo 8 da Resolução 41 de 22/09/2017); e as altamente vulneráveis, terão ainda o apoio de um Professor Mediador (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

Converse com a Supervisora da sua escola, pois o artigo 13 da Resolução 41 trata dos “casos de excepcionalidade”. Caso a Diretoria de Ensino valide a necessidade de um PMEC na sua escola, o Dirigente Regional enviará um ofício justificando o porquê é importante designar um Professor Mediador na sua escola. O caso será analisado pelo Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 37**

**A Res. SE 41/2017 ficou um pouco confusa por não discriminar desde o início os responsáveis locais (escola) pela difusão da filosofia do projeto (vice-diretor, vice-diretor da escola da família e professor mediador) e "os agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas" - todos os servidores.**

**Dúvidas: 1 - Escolas pequenas que tenham só o vice-diretor como responsável local pela gestão da escola (algumas não tem nem GOE e nem Professor coordenador pedagógico), as demandas da mediação também terão que ser assumidas por esse profissional (o vice-diretor), sem nenhum incremento na equipe?**

Resposta: Prezado Supervisor,

O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária prevê a responsabilização de todos os servidores e da comunidade nas ações de resolução de conflitos, conforme artigo 1 da Resolução 41 de 22/09/2017.

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

§1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

O responsável pela articulação do projeto na escola será o Vice-diretor, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigo 5 da Resolução 41 de 22/09/2017).

**2 - O professor mediador que não corresponder às atribuições terá cessada sua designação. E o vice-diretor de escola que porventura não corresponda às novas atribuições (mediador de conflitos), também terá sua designação de vice cessada?**

Resposta: Assim como os Professores Mediadores receberam formação para atuar como mediadores, os Vice-diretores também serão formados a fim de desenvolver as habilidades necessárias para orientar e articular as ações de mediação nas escolas. (artigos 3,4 e 5 da Resolução 41 de 22/09/2017).

**3 -** **O atendimento ao inciso VI do artigo 4º implica em alteração regimental, uma vez que os regimentos escolares já dispõem sobre os procedimentos a serem tomados em caso de conflitos no ambiente escolar?**

Resposta: O Projeto Mediação Escolar e Comunitária, instituído pela Resolução 41 de 22/09/2017, prevê a implementação da cultura de paz nas escolas, por meio da resolução dos conflitos e práticas pacíficas, a fim de desenvolver a aprendizagem emocional dos envolvidos. Diante deste pressuposto, acreditamos que os regimentos escolares devam ser revistos à luz desta nova cultura.

**Pergunta 38**

**EM QUE MOMENTO SE DARA A RECONDUÇÃO DO PMEC?**

Resposta: Não haverá recondução. O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017), mas terá que passar pela atribuição.

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**Pergunta 39**

**Como saber se a minha escola continuará com pmec 2018?**

Resposta: A lista das escolas que poderão designar um Professor Mediador em 2018 foi enviada para as Diretorias de Ensino em 09 de outubro.

**Pergunta 40**

**Sou professor mediador. Entendi que só as escolas com altíssima vulnerabilidade terão o professor mediador, as outras escolas essa função será realizada pelo vice da escola e vice da escola da família estou certo? e também gostaria de saber quando sai a lista com as escolas que terão o professor mediador. grato.**

Resposta: O senhor está correto. A lista das escolas que poderão designar um Professor Mediador em 2018 foi enviada para as Diretorias de Ensino em 09 de outubro.

**Pergunta 41**

**1) Se todos os PMEC atuais terão retirada sua Carga Horária como PMEC e, obrigatoriamente participarem das Sessões de Atribuições iniciais, SERÃO TAMBÉM OBRIGADOS A TEREM ATRIBUÍDAS A SI, NO MÍNIMO 19 AULAS, CERTO?...ISTO OS IMPEDIRÁ DE CONTINUAREM COMO PMEC. ISTO NÃO ACABA COM O TRABALHO DOS QUE ATÉ ESTE MOMENTO TÊM TRABALHADO BEM NAS ESCOLAS? (a nenhum Professor é autorizado "pegar" menos que 19 aulas, ).**

**Além disso, quem restará para pegar aulas no Projeto? TODOS OS OUTROS, SÃO OBRIGADOS A PEGAREM NO MÍNIMO 19 aulas, não?**

Resposta: A prioridade da Secretaria de Estado da Educação é ter professor em sala de aula, que aliás, é a nossa principal missão.

Em algumas regiões do estado faltam professores de algumas disciplinas e as políticas públicas têm que ser criadas para atender as necessidades de todas as regiões.

Como previsto na Resolução 41 de 22/09/2017, todos os servidores serão responsáveis pelas ações de mediação nas escolas, o Vice-diretor será o articulador destas ações.

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 42 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.

**2) Quando teremos as Listas de Escolas possíveis? A Comissão Regional do SPEC, poderá solicitar exceção a outras que não estejam listadas?**

Resposta: A lista foi enviada para as Diretorias de Ensino em 09/10. O Dirigente Regional de Ensino tem autonomia para alterar as escolas classificadas como altamente vulneráveis pelo Sistema de Proteção Escolar.

**3) O Vice-Diretor, muitas vezes não consegue nem realizar DE TODO, seu Trabalho nas U.E. Acham mesmo que este realizará AINDA E A CONTENTO, A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES, ALÉM DO QUE JÁ FAZ?**

Resposta: Como a própria Resolução prevê, todos serão responsáveis pelas ações de mediação na escola. Culturalmente, o Vice-diretor já atua no atendimento aos alunos e famílias e, nas escolas que não têm Professor Mediador, é ele quem se encarrega dos encaminhamentos das demandas da rede de proteção.

**4) Como ficam as Escolas que NÃO TÊM VICE-DIRETOR, atualmente? (fora retirada esta função pela própria SEE/SP, por Resolução de módulo).**

Resposta: O Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação nas escolas que não possuem Vice-diretor; ou poderá escolher outro educador para fazê-lo.

Lembramos que, segundo a Resolução 42 de 23/09/2017 – ARTIGO 1:

Artigo 1º – Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

1º – O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

2º – Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

**Pergunta 42**

**1) Todos os segmentos serão envolvidos na disseminação da cultura de paz. A resolução vem garantir a mediação, mas não a figura do professor Mediador. Nos momentos de conflitos e que demandam contato com o aluno/responsável quem ficará encarregado, se não houver a figura do mediador...todos da escola são responsáveis, quem se encarregará dos encaminhamentos ao conselho tutelar, Ministério Público.**

Resposta: Como a própria Resolução prevê, todos serão responsáveis pelas ações de mediação na escola. Culturalmente, o Vice-diretor já atua no atendimento aos alunos e famílias e, nas escolas que não têm Professor Mediador, é ele quem se encarrega dos encaminhamentos das demandas da rede de proteção.

**2) Os módulos das escolas serão revistos, pois temos escolas com grande déficit de agente de organização, outras que também possuem déficits e não contemplam Professor Coordenador e/ou vice-diretor. Como aplicar a resolução?**

Resposta: Não sabemos se os módulos serão revistos, pois esta decisão não é do Sistema de Proteção Escolar.

**3) Com relação às atribuições de mediação ao vice-diretor, artigo 5º se as escolas não possuem o vice-diretor como atuarão?**

**Questão: todas as escolas passarão a ter vice-diretor?**

Resposta: As escolas que não comportam o trio gestor têm poucas turmas e o Diretor poderá ser o articulador das ações de mediação; o mais importante é envolver todos os servidores nestas ações.

**4) Escola nova, sem base de dados de 2010, poderá ser acrescentada na excepcionalidade e permanecer com o Mediador? E as escolas na zona rural que desenvolvem excelentes trabalhos que diminuíram os conflitos poderão contar com o Mediador?**

Resposta: Somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

O Dirigente Regional poderá rever a classificação das escolas com alta vulnerabilidade, elaborada pelo Sistema de Proteção Escolar.

**Pergunta 43**

**A partir de quando poderá ser atribuído as horas de Medicação Escolar?**

Resposta: A legislação apresentada na videoconferência estabelece o Projeto Mediação Escolar e Comunitária que deverá ser implementado em 2018.

A atribuição de aulas aos Professores Mediadores respeitará o calendário de atribuição de aulas no início de 2018.

**Pergunta 44**

**Tendo vivenciado situações de conflitos no interior e entorno da unidade escolar, com situações gravíssimas, quero ressaltar a importância do Projeto Mediação Escolar e Comunitária visto que após sua implantação, em nossa região o resultado das ações desenvolvidas tem sido positivas em parceria com a Rede de Proteção Escolar. Fico me perguntando se não é viável que todas as unidades escolares permanecerem com um PEMEC? Se está comprovado como vocês mencionaram que as escolas que por três anos consecutivos tiveram PEMEC atuantes diminuíram e muito os conflitos e se o objetivo da Rede é a implantação da cultura de paz no interior das unidades escolares porque não mantê-los?**

Resposta: O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 42 de 23/09/2017). Toda equipe escolar receberá formação para desenvolver as ações mediadoras.

Somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

Esta é a forma que o Sistema de Proteção Escolar encontrou para viabilizar a cultura de resolução de conflitos e melhoria do clima escolar em todas as escolas da rede.

**Pergunta 45**

**As escolas do Programa de Ensino Integral serão contempladas, se dentro dos critérios ou continuará função do Vice-Diretor da escola?**

Resposta: As escolas do Programa Ensino Integral não fazem jus à designação de um Professor Mediador, o Vice-diretor continuará com esta atribuição.

**Pergunta 46**

**Gostaria de ter um esclarecimento maior quanto ao PMEC. Os PMEC que atuaram desde 2010 e já foram capacitados, porém foram desligados no início desse ano devido a resolução, estes conhecem a comunidade que atuaram, não seriam mais indicados a continuar como PMEC? Como devemos agir para retorna ló a nossa unidade escolar, pois está fazendo muita falta pelo bom trabalho realizado junto aos alunos e suas famílias, até o ano passado o projeto FICAI foi reduzido o que prova nossos índices, este ano com a atuação do Vice da Escola da Família não tinha tempo e nem horas suficientes para fazer um bom trabalho como PMEC.**

Resposta: O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária prevê a responsabilização de todos os servidores e da comunidade nas ações de resolução de conflitos, conforme artigo 1 da Resolução 41 de 22/09/2017.

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

§1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

O responsável pela articulação do projeto na escola será o Vice-diretor, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigo 5 da Resolução 41 de 22/09/2017).

**Pergunta 47**

**As escolas que não apresentaram ocorrências através do ROE é devido ao trabalho de prevenção realizado pela PMEC. O Estado quer que o um aluno mate o outro ou um aluno mate o professor e vice versa. Que filosofia de educação é essa?**

Resposta: O novo Projeto de Mediação Escolar e Comunitária prevê a responsabilização de todos os servidores e da comunidade nas ações de resolução de conflitos, conforme artigo 1 da Resolução 41 de 22/09/2017.

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, com a finalidade de implementar a cultura de paz no interior da unidade escolar, mediante ações que estimulem, incentivem e promovam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica paulista.

§1º - O Projeto Mediação Escolar e Comunitária propiciará diálogo com todos os segmentos integrantes do ambiente escolar e da comunidade em que se encontra inserida, com o objetivo de irradiar consensos coletivos de convívio social, promotores do desenvolvimento humano e da aprendizagem emocional dos envolvidos.

§2º - Para implementação da cultura de paz, de que trata o caput deste artigo, serão envolvidos todos os servidores, em exercício na escola, que deverão atuar como agentes promotores de desenvolvimento das ações previstas, adotando, em situações de desarmonia, práticas incentivadoras de soluções pacíficas, inclusive quando da atuação docente em salas de aula.

O responsável pela articulação do projeto na escola será o Vice-diretor, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigo 5 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A prioridade da Secretaria é manter os professores em sala de aula, pois estão faltando professores em algumas regiões do estado.

**Pergunta 48**

**No item 2 do § 6º do artigo 7º da Resolução SE 41 de 22/09/2017 faz menção ao disposto no inciso II, do artigo 12 desta Resolução no entanto não encontramos o referido inciso na resolução SE nem na Resolução SE de 22/09/2014.**

Resposta: Agradecemos o apontamento enviado sobre a Resolução 41 de 22/09/2017. Em breve, serão publicadas no DO as correções necessárias.

**Pergunta 49**

**Boa tarde, faço parte de uma escola que comporta apenas um vice-diretor, não comporta coordenador, nem escola da família e temos ainda alguém para sala de leitura. Sou mediador desta escola e gostaria de saber se diante de não termos diretor e escassez de funcionários. Toda essa responsabilidade de coordenador, mediador e o próprio vice-diretor ficará por conta do vice mesmo?**

Resposta: Sua escola não comporta mais membros da equipe gestora porque tem menos de 7 turmas. A Secretaria entende que um gestor é suficiente para administrar o trabalho de uma escola tão pequena.

O Vice-diretor será o articulador das ações de mediação, a partir de 2018, com o envolvimento de todos os servidores que atuam na escola (artigos 1 e 5 da Resolução 42 de 23/09/2017).

Somente as escolas com alta vulnerabilidade (artigo 6 da Resolução 42 de 23/09/2017) farão jus a um Professor Mediador para contribuir com o Vice-diretor na condução das ações planejadas.

O Professor Mediador que atua nas escolas em 2017 poderá ser designado em outras escolas em 2018, caso a sua escola atual não esteja entre as mais vulneráveis (artigo 6 da Resolução 41 de 22/09/2017).

A SEE ampliou o número de escolas da rede que fazem jus a um Professor Mediador, passando de 1272 para 1795 em 2018.